

Junho 2024

EIXO 5 – SEGURANÇA REGIONAL E INTERNACIONAL

Minding the Gap IV:
Quem cuida de quem cuida da Amazônia?

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



Co-funded by
the European Union

Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



Co-funded by
the European Union

Sobre a autora

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Professora no Departamento de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Franca-SP e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Pesquisadora do NUPRI-USP e do INEU-América Latina. Vice-Presidente da *International Studies Association-Latin American and the Caribbean Committee* (ISA-LAC). Coordenadora da Área Temática Segurança Internacional e Defesa na Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED). Membro do Comitê Executivo da Seção “Defense, Public Policy and Democracy” da LASA.

E-mail: marilia.souza-pimenta@unesp.br



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



Co-funded by
the European Union

Índice

Sumário Executivo.....	6
Diagnóstico.....	7
Recomendações.....	12
Considerações Finais.....	12
Referências Bibliográficas.....	14

Sumário Executivo

Entre 2012 e 2021, 342 mortes ocorreram no Brasil, sendo que 85% dos assassinatos aconteceram na Amazônia, e dois terços desse total eram pessoas indígenas ou negras. Ao lado de outros países latino-americanos, como México (154) e Colômbia (322), muitos desses assassinatos estão relacionados a conflitos fundiários e ambientais.

O fenômeno da violência contra ativistas e lideranças tem sido praticado por governos, empresas e outros atores violentos não estatais, com intimidação, campanhas de difamação e criminalização, acompanhada da militarização.

Em 22 de abril de 2021, o ‘Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe’, também conhecido como Acordo de Escazú, entrou em vigor, porém até o momento não foi ratificado pelo Brasil.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório Regional da ONU para os Direitos Humanos na América do Sul condenam os reiterados e numerosos homicídios de ativistas ambientais e defensores da terra no Brasil.

Um projeto de lei, PL 2.507/2022, do senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) propôs tornar hediondo o homicídio de fiscais ambientais e ativistas dedicados à proteção e preservação do meio ambiente e de povos indígenas.

Neste contexto de violência, empresas com sede no Reino Unido, na União Europeia e nos Estados Unidos têm sido associadas a violações de direitos humanos contra os povos indígenas Kaiapós. O ouro extraído ilegalmente das terras dos Kaiapós tem sido encontrado nas cadeias produtivas de várias empresas internacionais.

Diagnóstico

O Brasil tem se destacado, sobretudo nos últimos doze anos, como o país mais violento do mundo contra ativistas do Meio Ambiente e de Direitos Humanos.

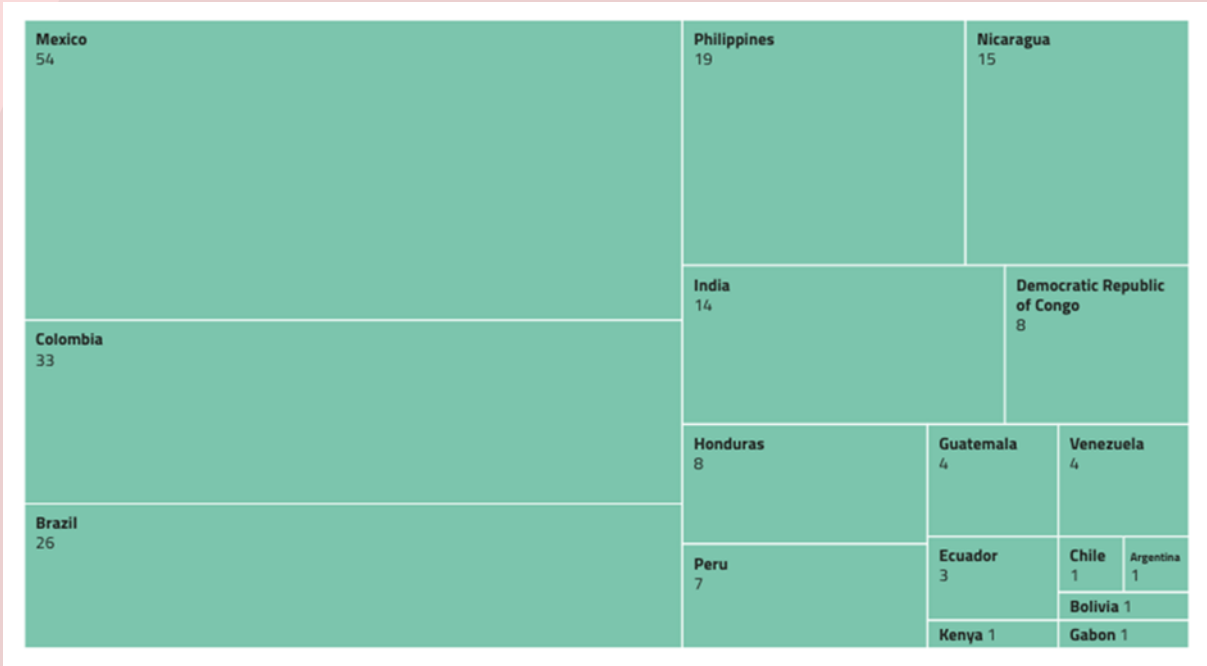
Diversas organizações da sociedade civil têm repetidamente alertado que o Brasil é um dos países mais perigosos da região para os defensores ambientais. De acordo com a ONG *Global Witness*, entre 2012 e 2021, 342 mortes ocorreram no Brasil, sendo que 85% dos assassinatos aconteceram na Amazônia, e dois terços desse total eram pessoas indígenas ou negras. Ao lado de outros países latino-americanos, como México (154) e Colômbia (322), muitos desses assassinatos estão relacionados a conflitos fundiários e ambientais. (Gobal Witness, 2022)

Segundo dados do Relatório “*Decay of Defiance*”, Global Witness, apenas em 2021, 26 pessoas foram assassinadas no Brasil. Entre as mortes, um quarto, aproximadamente, pôde ser identificado por questões relacionadas à mineração, ao uso da terra e ao agronegócio. Em todas as regiões, e não apenas na América Latina, mas também no continente africano e sudeste asiático, o fenômeno da violência contra ativistas e lideranças tem sido praticado por governos, empresas e outros atores violentos não estatais, com intimidação, campanhas de difamação e criminalização, acompanhada da militarização.

Em 22 de abril de 2021, o ‘Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe’, também conhecido como Acordo de Escazú, entrou em vigor. É o primeiro tratado ambiental e de direitos humanos na América Latina e no Caribe e o primeiro instrumento juridicamente vinculativo no mundo para incluir disposições sobre defensores de questões ambientais. O Acordo de Escazú garante o direito a acessar informações ambientais e participar de decisões ambientais. Mais significativamente, também exige que os estados previnam e investiguem ataques contra defensores ambientais. Embora em 2023 o tema tenha sido enviado ao Congresso brasileiro, ainda não foi aprovado e ratificado, embora outros, como o México, ratificaram, porém não o implementaram efetivamente.

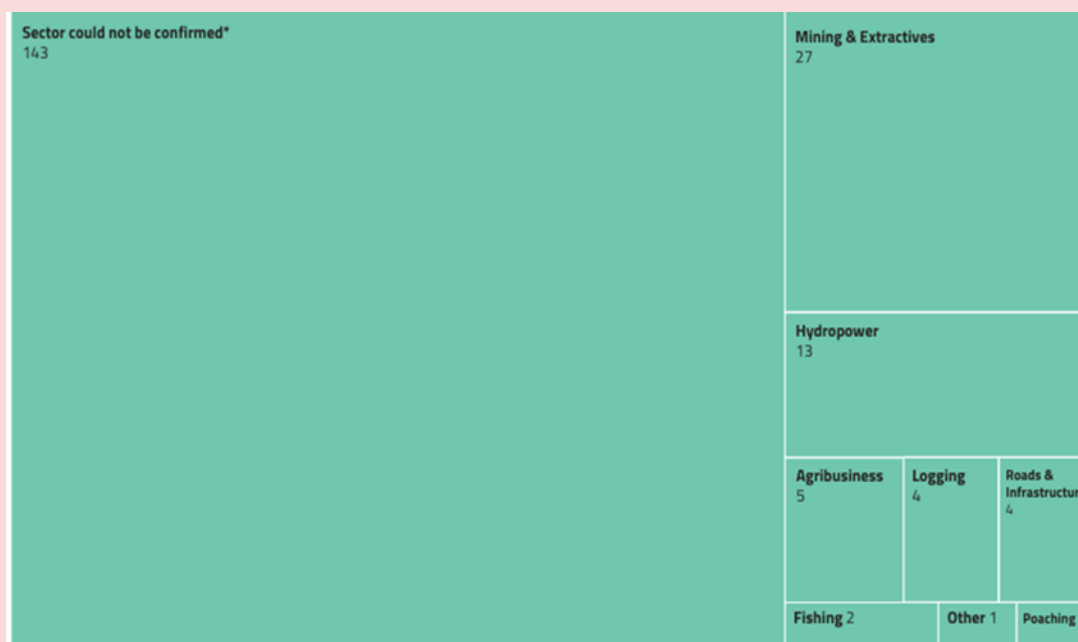
O acordo garante a todas as pessoas o direito de acesso à informação, incluindo sobre riscos e proteção ao meio ambiente, bem como a participação pública nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas e o meio ambiente. O tratado exige também que os países assegurem o acesso adequado à justiça quando esses direitos forem violados; e exige a adoção de medidas para proporcionar aos defensores e defensoras ambientais um ambiente seguro e propício para que possam atuar sem ameaças, restrições e insegurança e promover a responsabilização em casos de ameaça, violência e intimidação. Em março de 2024, um conjunto de 150 organizações, incluindo a *Human Rights Watch* enviaram para a Presidência da República uma

Figura 1: 200 Defensores da Terra e do Meio Ambiente foram mortos em 2021



Fonte: GLOBAL WITNESS. 2022: 9.

Figura 2: : Número de mortes documentadas por tipo de indústria



Fonte: GLOBAL WITNESS. 2022: 9.

Carta solicitando a ratificação deste acordo, que hoje tramita na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados. Em trecho citado abaixo, é possível perceber a emergência da ratificação pelo Congresso Nacional:

As organizações da sociedade civil brasileiras e internacionais abaixo assinadas solicitam que o governo empreenda todos os esforços necessários junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe—também conhecido como Acordo de Escazú. O envolvimento ativo do Poder Executivo é fundamental para a célere aprovação do acordo pelos legisladores e posterior ratificação pela Presidência da República. O Acordo de Escazú visa garantir a implementação plena e efetiva dos direitos de acesso à informação, de participação pública e de acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe. É também o primeiro acordo vinculante com disposições específicas sobre os compromissos dos Estados de garantir condições seguras às pessoas, grupos e organizações que promovem e defendem os direitos humanos em questões ambientais, inclusive assegurando a investigação e responsabilização em casos de ataques, ameaças ou intimidações contra defensoras e defensores. (Carta pela Ratificação do Acordo de Escazú: 2024).

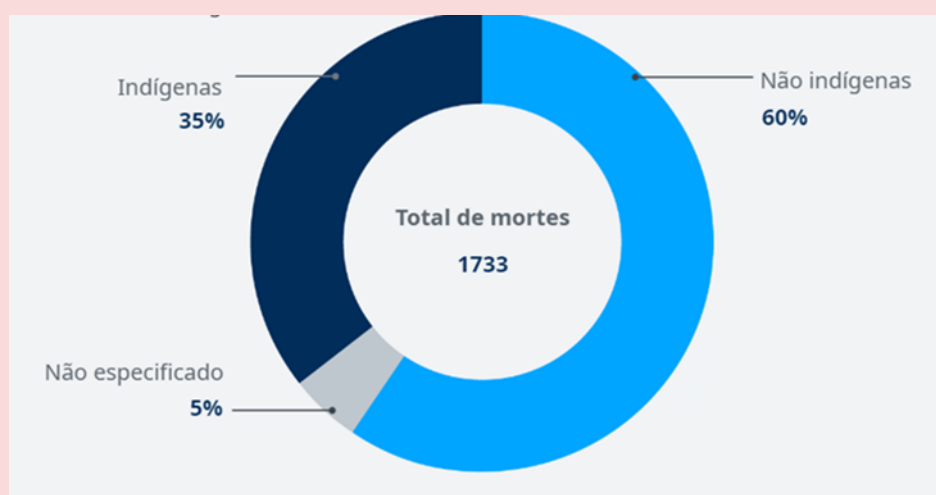
A urgência para a ratificação do Acordo se justifica pelo incremento dos assassinatos de líderes e ativistas ambientais e defensores da terra durante o governo Bolsonaro. Em janeiro de 2021, Fernando Araújo, um trabalhador rural sem-terra e defensor dos direitos fundiários do Movimento Sem Terra, foi assassinado em sua casa na Fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco, no Estado do Pará. Esta é uma das regiões mais perigosas para os defensores dos direitos humanos no Brasil. Fernando foi testemunha e sobrevivente

do maior massacre de trabalhadores rurais no Brasil desde 1996, o massacre de Pau D'Arco de 2017, que resultou na morte de dez trabalhadores rurais pela polícia na fazenda Santa Lúcia. Ele era uma testemunha-chave no processo criminal que se seguiu. Até agora, ninguém foi acusado ou preso pelo assassinato de Fernando. (Global Witness, 2021:13).

No mês seguinte, Isaac Tembê, um líder do povo Tenetehara, foi morto enquanto caçava com amigos. O jovem líder indígena foi baleado à queima-roupa no peito, em sua própria terra, por um membro da polícia militar. Segundo o povo Tembê-Tenetehara, a polícia militar exerce papel de milícias privadas, defendendo os interesses de fazendeiros e pecuaristas que estão ocupando ilegalmente áreas do Território Indígena Tembê. Este caso ilustra a fusão do agronegócio brasileiro com o terror patrocinado pelo estado em terras indígenas, o que piorou significativamente sob o regime de Bolsonaro. (idem)

O alto número de casos no Brasil é parcialmente atribuível a uma maior conscientização e melhor monitoramento por parte da sociedade civil dessa questão em comparação com outras partes do mundo. O conflito por direitos à terra e à floresta é o principal motor dos assassinatos de defensores no Brasil, com a floresta amazônica sendo a fronteira da luta pelos direitos indígenas e ambientais. Os povos indígenas desempenham um papel crucial como guardiões da floresta amazônica, prevenindo as emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal, e ajudando a conter a crise climática.

Gráfico 1: Assassinatos de defensores ambientais entre 2012 e 2021



Fonte: Global Witness: 2021.

A Amazônia se tornou um cenário de crescente violência e impunidade. Com interesses agrícolas poderosos no coração da economia voltada para exportação do Brasil, é o cenário de uma batalha por terras e recursos que se intensificou após a eleição do presidente de Jair Bolsonaro, em 2018. Desde que Bolsonaro assumiu o poder, ele encorajou o desmatamento e a mineração ilegais, desfez a proteção dos direitos à terra indígena, atacou grupos de conservação, desmantelou e reduziu os orçamentos e recursos das agências de proteção florestal e indígena. Isso levou gangues criminosas a invadirem áreas indígenas e de conservação com impunidade. (Global Witness, 2021:18)

A falha do estado em defender os Defensores da Terra e do Meio Ambiente, ao mesmo tempo em que dá luz verde à extração ilegal de recursos, levou alguns a sugerir que o governo no Brasil foi capturado por interesses criminosos. Os assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do especialista indígena Bruno Pereira no território do Vale do Javari, na Amazônia brasileira, são indicativos do ataque aos povos indígenas e àqueles que tentam protegê-los. Pereira trabalhou anteriormente na agência indígena do governo, Funai. Ele foi removido de sua posição como representante da agência para tribos isoladas em um movimento visto como politicamente motivado logo após Bolsonaro assumir o poder. Sua

Figura 3: Uma década de assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, por país (2012-2021)



Fonte: GLOBAL WITNESS. 2022:17.

demissão no final de 2019 ocorreu logo após sua equipe ter ajudado a tornar uma das maiores minas ilegais na região amazônica inoperante. (Global Witness, 2021:19)

Vejam trecho do relato recolhido pela Global Witness, de Eliete Paraguaçu, quilombola da Ilha da Maré, região da Baía de Todos os Santos, Salvador-BA:

“Então continuamos na linha de frente desta batalha. Enfrentamos muitos problemas todos os dias, mas não temos outra alternativa senão resistir. Essa resistência tem um preço – alto. Por protestar contra esses crimes ambientais e danos à nossa saúde, fomos submetidos a ameaças de morte, assédio e campanhas de difamação. As ameaças à minha vida pioraram tanto recentemente que tive que adotar um esquema de segurança que me obriga a sair constantemente da Ilha da Maré e não me permite fazer o que mais gosto na vida: coletar mariscos. Minha resistência é contínua e não vou deixá-los me parar. O governo continuamente nos falha. A crise atual é um reflexo da total impunidade que nós, o povo da Ilha da Maré, sofremos há décadas.” (Global Witness, 2021:18)

Em paralelo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório Regional da ONU para os Direitos Humanos na América do Sul condenaram os homicídios de ativistas ambientais e defensores da terra no Brasil. Eles chamam o Estado a proteger aqueles que defendem o meio ambiente e os territórios, e a conduzir investigações rápidas, completas e imparciais. (CIDH: 2021)

Segundo informações divulgadas, em 9 de janeiro de 2022, os corpos de José Gomes, sua esposa Márcia e sua filha Joene foram descobertos em São Félix do Xingu, Pará, na Amazônia brasileira. José Gomes e sua família eram conhecidos por seu trabalho na proteção de tartarugas e defesa ambiental. Além disso, em 8 de janeiro do mesmo ano, foi relatado o ataque que resultou na morte do camponês e defensor da terra, José Francisco Lopes Rodrigues, que estava hospitalizado após ser alvejado a tiros, junto com sua neta de dez anos, em sua casa na comunidade do Cedro, em Arari, Maranhão, em 3 de janeiro. (idem)

A CIDH e a ONU têm expressado preocupação com o fato de que esses atos ocorreram em um contexto de violência contra defensores do meio ambiente e da terra no Brasil, conforme destacado no Relatório País 2021 da CIDH. (CIDH: 2021)

A Oxfam acredita que a violência contra defensores de direitos humanos está vinculada à expansão das indústrias extrativistas como fonte de renda para os países da América Latina e do Caribe. “Apesar da desaceleração econômica na região, os governos desses países não conseguiram implementar estratégias de desenvolvimento sustentável. Em vez disso, houve uma extração descontrolada,

permitindo que grupos privados se aproximassem excessivamente das instituições estatais, restringindo as obrigações dos governos de respeitar, proteger e promover os direitos humanos”, afirma a Oxfam. (OXFAM: 2016)

A organização faz um apelo urgente aos governos desses países para que atuem de forma enérgica na prevenção de ataques e no combate à impunidade dos crimes contra defensores dos direitos humanos na América Latina, evitando novas vítimas. O crime organizado alcançou uma complexidade inédita na Amazônia. Isso é evidente na Terra Indígena Vale do Javari, onde Dom Phillips e Bruno Pereira foram assassinados.

A segunda maior reserva indígena do Brasil está localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, uma área onde cartéis brasileiros e colombianos disputam o controle do acesso ao Rio Amazonas, por onde a cocaína produzida na região é escoada para o mercado europeu. Nesse contexto, atividades ilegais como extração de madeira, garimpo e caça se associam ao narcotráfico transnacional. Este cenário representa um enorme risco para a fauna e flora locais, para os agentes de fiscalização e, principalmente, para cerca de 6 mil indígenas que vivem na região. O Vale do Javari possui a maior concentração de povos isolados do mundo, abrigando 19 etnias entre as 26 que habitam a terra indígena. Em 2018, o Ibama fechou o único escritório que mantinha na região, em Tabatinga (AM), onde dois servidores fixos eram responsáveis por fiscalizar toda a área de 85 mil km² — uma extensão territorial comparável à de Portugal.

Um projeto de lei do senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) propôs tornar hediondo o homicídio de fiscais ambientais e ativistas dedicados à proteção e preservação do meio ambiente e de povos indígenas. Esse tipo de crime seria inafiançável e não permitiria liberdade provisória para os culpados. Para Kajuru, o assassinato de fiscais ambientais e ativistas de proteção ambiental e indígena é uma das ações mais desprezíveis, motivada pela ganância dos seus perpetradores. Por isso, o PL 2.507/2022 propõe uma alteração no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) para qualificar esse crime. (Agência Senado: 2022)

“Estamos convencidos de que o homicídio contra fiscais ambientais e ativistas de proteção ambiental e dos povos indígenas merece uma proteção legal especial, e que é apropriado incluir essa conduta entre os crimes hediondos. Para isso, modificamos o Código Penal para qualificar esse homicídio”, argumenta Kajuru na justificativa do projeto. Kajuru menciona o episódio de violência que vitimou o jornalista inglês Dom Phillips e o ativista Bruno Araújo Pereira. A região é caracterizada por invasões

de terras por garimpeiros ilegais, roubo de madeira e tráfico de drogas. Esse trágico evento trouxe à tona a lembrança de outro assassinato igualmente horrendo: o da missionária católica Dorothy Stang, brutalmente assassinada em Anapu, no Pará, em 2005, a mando de fazendeiros da região”, afirma Kajuru. (idem)

A líder indígena Maria Leusa Kaba, do povo Munduruku tem sido alvo de várias ameaças de morte nos últimos anos por sua oposição à mineração ilegal. “É uma realidade dolorosa e triste”, afirmou em entrevista. “Eles incendiaram nossas casas para nos forçar a abandonar nossas terras. A Amazônia não precisa desses projetos de exploração atuais — ela deve ser protegida”. (Dialogue Earth:2023)

O cacique Bepdjo Mekrãgnotire tem enfrentado ameaças graves e frequentes de garimpeiros ilegais. Em conversa com a Global Witness, ele destacou a determinação de seu povo em continuar protegendo a floresta. “Por que queremos proteger o território e arriscar nossas vidas por ele? Não somos os únicos que dependem da floresta para sobreviver, mas temos que lutar sozinhos, e fazemos isso por todo o planeta, pelos nossos filhos e netos, para que todos vivam em paz. Vamos manter a floresta de pé, proteger o ar, os rios, os peixes e os animais. É por isso que lutamos.” (Global Witness: 2023)

Neste contexto de violência, empresas com sede no Reino Unido, na União Europeia e nos Estados Unidos têm sido associadas a violações de direitos

humanos contra os Kaiapós. Ouro extraído ilegalmente das terras dos Kaiapós foi encontrado nas cadeias produtivas de várias empresas internacionais, incluindo:

- a refinadora italiana Chimet
- a empresa de mineração de ouro listada na bolsa de valores de Londres, Serabi Gold
- gigantes da tecnologia como Apple, Google, Microsoft e Amazon, que já compraram ouro ilegal da Chimet e da refinaria brasileira Marsam; esta última adquiriu ouro de uma empresa de mineração atualmente investigada por extrair ouro ilegalmente da terra Kayapó

Não estamos sugerindo que qualquer refinador ou fabricante tenha cometido diretamente abusos de direitos humanos nas regiões brasileiras de mineração de ouro, entretanto, ao não zelarem pela profundidade da origem de seus insumos, estão indiretamente assumindo a responsabilidade em possíveis danos aos Direitos Humanos e ao Meio Ambiente que possam ocorrer onde minérios ou quaisquer outros bens têm sido explorados.

O ouro é o principal alvo dos garimpeiros nos territórios dos Kaiapós. Com o aumento do garimpo, também aumentam a poluição, o desmatamento e os crimes violentos contra os defensores indígenas. O garimpo ilegal mostrou-se extremamente lucrativo, levando à construção de pistas de pouso improvisadas em áreas de mineração, onde os garimpeiros são transportados em pequenos aviões.

Mapa 1: Locais conhecidos de mineração de ouro em Terras Indígenas Kayapó, Baú, Badjonkore e Menkragnoti



Fonte: Global Witness: 2023: 19.

Imagem 1: Garimpo ilegal de ouro na Terra Indígena Kayapó, 2023



Fonte: Global Witness: 2023: 18.

Empresas internacionais da Suíça, Itália, Coreia do Sul, Estados Unidos e Reino Unido foram implicadas por extrair ou adquirir ouro dessas áreas, ou por vender equipamentos aos garimpeiros. (Global Witness: 2023)

“Os dados do relatório (GW, 2023) são alarmantes, especialmente por destacarem que indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais são os grupos mais impactados pela violência letal dirigida aos defensores da terra e do meio ambiente”, ressaltou Júlia Mello Neiva, coordenadora do programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas.

Recomendações

- É urgente que se ratifique o Acordo de Ecazú, para que o governo, em suas agências fundamentais, a sociedade civil e empresas se responsabilizem inteiramente pela violência sistêmica contra defensores da terra e do Meio Ambiente, e para igualmente mitigar tais danos;
- É igualmente urgente que o PL 2.507/2022, que torna hediondo o crime contra defensores da terra e do meio ambiente, seja aprovado;
- É necessário responsabilizar criminalmente empresas que consomem matérias primas extraídas ilegalmente da região amazônica, como o ouro, ou mesmo a madeira ilegal, aumentando a violência e insegurança dos povos originários na região, ao aprofundarem o controle de origem de seus produtos;

- Criar mecanismos de proteção duráveis e permanentes aos defensores da terra e do meio ambiente, pois sua luta tem sido fundamental para a preservação da vida atual e de gerações futuras, além dos direitos da fauna, flora e dos rios na região amazônica.

Considerações Finais

O presente Policy Paper analisou os dados alarmante sobre os assassinatos de defensores de terra e do meio ambiente. O Brasil é o país que mais mata ativistas defensores da terra e do Meio Ambiente. Entre 2012 e 2021, 342 mortes ocorreram no Brasil, sendo que 85% dos assassinatos aconteceram na Amazônia, e dois terços desse total eram pessoas indígenas ou negras. Ao lado de outros países latino-americanos, como México (154) e Colômbia (322), muitos desses assassinatos estão relacionados a conflitos fundiários e ambientais.

O fenômeno da violência contra ativistas e lideranças tem sido praticado por governos, empresas e outros atores violentos não estatais, com intimidação, campanhas de difamação e criminalização, acompanhada da militarização.

Em 22 de abril de 2021, o ‘Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe’, também conhecido como Acordo de Escazú, entrou em vigor, porém até o momento não foi ratificado pelo Brasil.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório Regional da ONU para os

Direitos Humanos na América do Sul condenaram os recentes homicídios de ativistas ambientais e defensores da terra no Brasil.

Um projeto de lei, PL 2.507/2022, do senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) propôs tornar hediondo o homicídio de fiscais ambientais e ativistas dedicados à proteção e preservação do meio ambiente e de povos indígenas, porém o país ainda não o aprovou.

Neste contexto de violência, empresas com sede no Reino Unido, na União Europeia e nos Estados Unidos têm sido associadas a violações de direitos humanos contra os Kaiapós. Ouro extraído ilegalmente das terras dos Kaiapós foi encontrado nas cadeias produtivas de várias empresas internacionais.

É urgente que o governo, sociedade civil e empresas se mobilizem para fortalecer a segurança na região amazônica, ativando as institucionalidades jurídicas que estão no leito, bem como reforçando o monitoramento e estruturas de proteção sustentáveis aos povos originários. Nesse sentido, um maior envolvimento da União Europeia e monitoramento de suas empresas que tem sua cadeia de suprimentos na região amazônica, será de fundamental importância para os próximos anos.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. Homicídio de fiscal ou ativista ambiental pode se tornar crime hediondo. 19/10/2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/19/homicidio-de-fiscal-ou-ativista-ambiental-pode-se-tornar-crime-hediondo>>. Acesso em 15/06/2024.

Carta pela Ratificação do Acordo de Escazú. 25 de março de 2024. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/20240325_-_Carta_pela_ratificacao_do_Acordo_de_Escazu_Portugues_-_157assinaturas_ok.pdf>. Acesso em: 15/06/2024.

CLIMA INFO. Brasil é o país mais letal da década para ativistas ambientais. 30 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2022/09/29/brasil-e-o-pais-mais-letal-da-decada-para-ativistas-ambientais/>>. Acesso em: 15/06/2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. 2021. Situação dos direitos humanos no Brasil. OEA. Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <<https://www.cidh.org>>. Acesso em 15/06/2024.

CONECTAS. Brasil é o país que mais mata ativistas pela terra, de acordo com relatório da Global Witness. 11/10/2022. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-ativistas-pela-terra-de-acordo-com-relatorio-da-global-witness/>>. Acesso em 15/06/2024.

DIALOGUE EARTH. América Latina segue no topo de ranking de ambientalistas assassinados. 13/09/2023. Disponível em: <<https://dialogue.earth/pt-br/justica/379339-america-latina-ranking-ambientalistas-mortos-2022/>>. Acesso em 15/06/2024.

GLOBAL WITNESS. *Decade of Defiance: Ten Years of Reporting Land and Environmental Activism Worldwide*. Setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/decade-defiance/>>. Acesso em: 15/06/2024.

GLOBAL WITNESS. Sempre em pé. 13/09/2023. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/pt/standing-firm-pt/>> . Acesso em 15/06/2024.

LEIS E JUSTIÇA. Amazônia se tornou uma terra sem lei, apontam especialistas. 16/06/2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/amaz%C3%B4nia-se-tornou-uma-terra-sem-lei-apontam-especialistas/a-62121755>> Acesso em: 16/06/2024.

OXFAM. Defensores em Perigo: A intensificação das agressões contra defensoras e defensores dos direitos humanos na América Latina. Outubro de 2016. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em: 15/06/2024.